



Portugueses em diáspora: Identidade e Cidadania

Jorge Carvalho Arroiteia

Apresentação do tema

A análise da emigração portuguesa registada durante as últimas décadas testemunha as vicissitudes porque tem vindo a passar este movimento realçando, uma vez mais na sua história recente, a relação destas saídas com o estado de desenvolvimento do nosso país e a conjuntura externa e internacional. Com efeito, se tivermos em consideração a evolução deste fenómeno a partir dos anos sessenta do século anterior, verificamos o seu grande incremento e expansão em todas as regiões do território, facto que se verificou em simultâneo com outras mudanças operadas na sociedade portuguesa. Entre elas salientamos o processo de crescimento urbano e industrial, especialmente na faixa central e setentrional litoral do território (litoralização), e o aumento dos movimentos internos da população com destino aos principais centros urbanos, dando continuidade ao processo de desertificação do interior que se veio a acentuar no decurso das décadas seguintes.

Para além destes fenómenos registamos ainda, a par da urbanização crescente do território e da terciarização da sociedade portuguesa, o aumento do comércio com o exterior, o desenvolvimento do turismo e dos serviços. No seu conjunto estas transformações contribuíram para gerar novas oportunidades de emprego, para o aumento do P.N.B. e para uma alteração dos padrões e do nível de vida da população. Contudo, não bastaram para estancar os fenómenos de exclusão social que persistem em algumas áreas, nem tão pouco para erradicar o fenómeno emigratório que se registou durante o terceiro quartel do século XX, com destino quer à Europa quer mesmo ao continente americano.

Recordem-se as razões de natureza económica relacionadas com as fracas oportunidades de emprego, o baixo nível de vida dominante nas regiões rurais e a incapacidade do tecido produtivo e dos serviços para absorver os contingentes de assalariados e de trabalhadores libertos das actividades agrícolas e de subsistência. Juntem-se, ainda, razões de natureza política decorrentes do regime do Estado Novo e da guerra em África para justificar muitas dessas saídas. Por outro lado, as oportunidades de emprego existentes em toda a Europa ocidental, em fase de expansão e crescimento económico e a proximidade desses mercados de mão-de-obra, permitiram que a emigração se tenha generalizado afectando indistintamente todo o território. Isso o comprova as cerca de um milhão de saídas oficiais ocorridas no período compreendido entre meados dos anos cinquenta e os finais de oitenta do século XX ou mesmo o seu recrudescimento, também por razões internas, a partir de meados da década seguinte. Embora afectando todo o território, foram os distritos mais densamente povoados do norte e do centro, Lisboa, Porto, Setúbal, Braga, Aveiro, Viseu e Leiria, os mais atingidos. De realçar igualmente a sua extensão às regiões autónomas dos Açores e da Madeira e a diversificação de destinos que se verificou no decurso das últimas décadas.

A dimensão deste fenómeno nas suas vertentes da emigração legal e da emigração clandestina e a sua expressão em todos os estratos etários da população, particularmente na população jovem e adulta, prosseguem a antiguidade e as raízes históricas do movimento. Por isso, alguns autores reconhecem tratar-se de uma “constante estrutural” da nossa sociedade, associado à “míngua das condições de subsistência” relacionadas com as más condições de vida da população, a estrutura fundiária e as pressões demográficas decorrentes do declínio das antigas civilizações agrárias da Europa mediterrânica. Estas condições facilitaram a repulsão demográfica em toda a Europa meridional e os movimentos migratórios com destino à França e à Alemanha, ao Luxemburgo, à Suíça e a outros destinos europeus, registados na orla meridional do velho continente.

No caso de Portugal estas saídas deram continuidade ao fenómeno mais antigo da emigração para o Brasil – o “Eldorado” – país onde a presença lusa é mais relevante e onde os laços de consanguinidade com a sociedade portuguesa oriunda do continente, dos Açores e mesmo da Madeira, é mais manifesta. Já os EUA surgem como o destino privilegiado dos Açores e ainda de muitos emigrantes do continente atraídos, em épocas diversas, com maior incidência durante a segunda metade do século XX. O mesmo aconteceu com o Canadá em resultado das oportunidades de emprego aí existentes e do recrutamento permitido no início do mesmo período. Mas não podemos deixar de referir, já no continente sul-americano, a Venezuela e a Argentina, as Antilhas Holandesas e as Bermudas, países muito procurados pelos portugueses nos finais do século XIX ou, posteriormente, nos anos que antecederam a primeira guerra mundial. São destinos característicos da “emigração transoceânica” que se desenvolveu com a intensificação da ocupação do Brasil, da exploração das suas riquezas naturais e do desenvolvimento industrial e urbano do continente norte-americano.

Como exemplo mais significativo da “emigração intra-europeia”, realça-se a emigração para França, país onde o número de cidadãos portugueses aí residentes, inferior na actualidade a um milhão, representa o destino mais procurado na história contemporânea da nossa emigração, sobretudo durante a segunda metade do século XX. Já a Alemanha tem hoje um significado mais reduzido, contrariamente ao Reino Unido, ao Luxemburgo e a outros países da Europa. Aqui os exemplos mais sugestivos deste fenómeno e da sua evolução recente são a emigração para a Suíça, país onde o número de cidadãos de origem portuguesa tem vindo a aumentar, ultrapassando a centena e meia de milhar e a vizinha Espanha. Neste caso a emigração conheceu diversas oscilações ao longo da nossa história, aumentou de forma muito significativa desde o final da segunda metade do século passado. Na fronteira desta, Andorra é o país onde a emigração de compatriotas nossos não para de aumentar.

Relacionada, por sua vez, com a colonização de alguns territórios africanos, contamos com os testemunhos de uma emigração oriunda da Madeira em terras da África do Sul, ou já a existência de comunidades de cidadãos nacionais residentes em Angola e em Moçambique, no Zimbabwe e noutros países africanos. A evolução dos regimes políticos africanos não tem permitido, no entanto, o fortalecimento de comunidades muito numerosas, situação que tende a alterar-se na actualidade. Igualmente significativa é ainda a presença portuguesa em certos países asiáticos. Neste caso as maiores percentagens são registadas em Hong-Kong e na Índia, parecendo significar a manutenção dos laços ancestrais estabelecidos com os antigos territórios sob administração portuguesa do continente Indiano e em Macau. De realçar ainda a presença portuguesa nas antípodas da Europa, na Austrália, onde esse valor ultrapassava, nos finais de Novecentos, as cinco dezenas de milhar.

Os valores relativos à população de origem nacional residente em países estrangeiros nos finais da década de noventa (recolhidos junto da DGACCP-MNE, 1998) são esclarecedores da dimensão da “Diáspora Portuguesa”: mais de 4,6 milhões de cidadãos de origem portuguesa residiam nos cinco continentes, assim distribuídos:

Portugueses no mundo

Europa	1 336 700
África	540 391
América Norte	1 015 300
América Sul	1 617 837
América Central	6 523
Ásia	29 271
Oceânia	55 459

Uma análise mais pormenorizada desta distribuição mostra a sua permanência em cerca de três dezenas de países na Europa; em quatro dezenas de países de África; em mais de três dezenas de países da América; em mais de duas dezenas de países da Ásia e em menos de uma dezena de países na Oceânia. Importa ainda assinalar a expressão da população nacional nos países de língua portuguesa.

Portugueses na Europa e em Países de Língua Portuguesa

União Europeia	1 201 163
Brasil	1 200 000
Angola	20 000
Moçambique	11 668
Guiné-Bissau	800
Cabo Verde	500
S. Tomé e Príncipe	451

No seu conjunto, esta distribuição confirma a existência de diversas comunidades de cidadãos nacionais que nalguns casos continuam a acompanhar os acontecimentos da sua terra de origem e a manter relações culturais com a nossa sociedade; a lutar para que os traços da cultura e a língua portuguesa se intensifiquem junto dos seus compatriotas e a prosseguir o sonho do “regresso” à sua pátria de origem. Noutros indivíduos porém, o afecto à terra de origem esbateu-se em favor do maior envolvimento cívico, laboral, familiar e cultural na sociedade de acolhimento.

Tendo em conta a dimensão da população portuguesa residente no território nacional – cerca de dez milhões de habitantes –, os valores acima indicados sobre a dimensão das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro atestam a importância da “diáspora” portuguesa na actualidade. Chamam-nos ainda a atenção para a pluralidade de iniciativas de natureza política, socioeconómica e cultural, necessárias para dar resposta às necessidades e às expectativas desta população, heterogénea nos seus interesses e heranças, mas exigente na satisfação dos seus direitos de cidadania.

1. Referências metodológicas

O levantamento dos estudos sobre e emigração portuguesa levados a cabo por diversos autores¹ mostra como a emigração portuguesa tem constituído um tema de investigação e de interesse para os cientistas sociais que se têm preocupado em analisar as mais diversas facetas deste movimento. Daí que tendo conhecimento da

1 ROCHA-TRINDADE; ARROTEIA, 1984.

sua dimensão e extensão, da sua evolução e distribuição no território², nos tenhamos igualmente preocupado, em data recente³, em conhecer a situação da nova geração de emigrantes, dos luso-descendentes residentes em diversos contextos emigratórios do continente europeu. Os estudos realizados vieram a evidenciar algumas características que havíamos procurado identificar em França⁴, no Luxemburgo⁵ e em Espanha (1994), sobre os traços da emigração portuguesa nestes países.

No caso presente, pretendemos identificar aspectos relativos à vida das comunidades portuguesas no estrangeiro, à “situação dos emigrantes portugueses e/ou, descendentes de emigrantes portugueses, residentes em países de imigração”, em particular o sentir dos luso-descendentes quanto à sua experiência imigratória, ao seu projecto pessoal e à participação na vida cívica do país de acolhimento. Este conhecimento passou pela recolha de diversos elementos e tiveram como base o trabalho de diversos autores⁶ e, em particular, os estudos realizados por Doudin⁷ sobre a população portuguesa na Suíça em que participámos.

Como indicadores relacionados com a identidade desta nova geração de emigrantes, identificámos um conjunto de aspectos atinentes ao seu modo de vida, aos símbolos de Portugal, ao desejo de regresso ao nosso país, à participação em actividades promovidas por associações de emigrantes ou outras. Entendemos que a vivência dessas experiências reforça a “identidade” desta população e o seu modo de ser quotidiano. Como traços fundamentais da cidadania, procurámos conhecer a participação em aspectos diversos da sua vida nos países de acolhimento e o envolvimento em actividades culturais e políticas. Estas questões foram levantadas em questionário que se disponibilizou num *site* da Internet⁸ onde se fez a justificação do projecto “Portugueses em Diáspora: identidade e cidadania”⁹.

Os resultados obtidos durante a primeira fase dizem respeito ao período de Setembro de 2000 a Abril de 2001, durante o qual deixámos disponível para preenchimento o questionário para recolha de informação. Para além da consulta livre, endereçámos ainda o inquérito a cerca de uma centena de luso-descendentes com actividade reconhecida na vida associativa em diversos países de imigração. Contudo, problemas informáticos que não se conseguiram ultrapassar, surgidos quando do estabelecimento destes contactos, condicionaram a participação de muitos inquiridos.

A repartição das respostas por países corresponde apenas a três dezenas oriundas de diversos países e continentes¹⁰. Embora considerando a dimensão reduzida da “amostra” como uma das dificuldades deste estudo, entendemos dar-lhe um tratamento inicial de modo a permitir o seu lançamento numa segunda fase, ainda não concretizada.

2. Objectivos do inquérito

Atendendo à história de cinco séculos e à evolução crescente da emigração portuguesa, em particular na última centúria, pretendemos recolher através do inquérito informações sobre a persistência das raízes

2 ARROTEIA, 1983 e 1985.

3 ARROTEIA; DOUDIN, 1998.

4 ARROTEIA, 1990.

5 ARROTEIA, 1986.

6 NETO, 1986; ROCHA-TRINDADE, 1986.

7 ARROTEIA; DOUDIN, 1998.

8 Disponível em: <<http://sweet.ua.pt/~arroteia/diaspora>>.

9 Na apresentação deste “Projecto de investigação participada” afirmava-se ainda o seguinte: “pretende-se que este espaço seja um Fórum de diálogo que permita o conhecimento mais detalhado das diversas comunidades emigrantes portuguesas residentes no estrangeiro, fomentando o debate e a troca de experiências relativas à vivência diária desta população e às condições de cidadania”.

10 Registou-se a seguinte distribuição de respostas: Alemanha - 4; Angola - 1; Argentina - 1; Brasil - 3; Canadá - 5; EUA - 4; França - 4; Luxemburgo - 2; Portugal - 1; Suíça - 4; Zâmbia - 1.

culturais entre as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e a atitude dos luso-descendentes face à sociedade de origem. Não sendo possível fazê-lo de forma presencial, importou saber como é que estas populações continuam a relacionar-se com o (seu) país de origem (ou dos seus antepassados). Tomando como referência o artigo de M. B. Rocha-Trindade (1986), foi nossa intenção conhecer se esta população, com projecto de vida próprio, é “longitudinalmente diferente”, apresenta uma “aculturação própria” marcada pelo conformismo ou pela denúncia, pela passividade ou pela intervenção. Assim, manterão traços que os identificam com outros cidadãos nacionais emigrados, dominando a língua e interiorizando valores de uma cultura e civilização promotora da vida em comunidade, do apego à terra de origem e do eterno desejo do regresso? Têm conservado os seus laços culturais com o país de origem? E será que algumas destes atributos são (ou têm sido) transmitidas aos descendentes? Ou será que a vivência noutra tipo de sociedades os afastou da sociedade portuguesa?

O inquérito elaborado não possibilitava aprofundar todas as questões, mas permitia conhecer facetas diversas de uma experiência de mobilidade marcada, na maioria dos casos, pela manutenção do projecto de regresso definitivo a médio ou a longo prazo, mas sem data definida. Neste “quadro transitório de vida, onde vão ganhando permanência situações e sentimentos”¹¹, valorizámos a recolha de informação sobre o apego à sociedade de origem e a construção da imagem social de Portugal, expressa na identificação de “símbolos” nacionais.

Para além da literatura já referida, recorremos ainda a Giacobbi e Roux¹² valorizando como elementos de “identificação de uma cultura”, três tipos de índices culturais: os “valores”, os “ritos” e os “mitos”. Entre os primeiros, considerámos as “preferências ou princípios que definem as grandes orientações de acção”, que “orientam e legitimam as regras sociais”¹³; aceitámos os ritos, como “comportamentos codificados e impostos pelo grupo social, que se repetem segundo um esquema fixo cada vez que se produzem as circunstâncias aos quais estão ligados”¹⁴; adoptámos os mitos, como “representação de estrutura imaginativa (e não imaginária) com apreensão dos valores”¹⁵.

O conhecimento das manifestações quotidianas e de sociabilidade das comunidades emigrantes nos países de acolhimento reveladas por traços do comportamento social individual e colectivo, que nos escusamos de enumerar, abonam a favor da identificação destes grupos sociais com características específicas que permitem diferenciá-los, em muitas circunstâncias, quanto à nacionalidade ou à região e comunidade de origem, abonando a favor da existência de um “sentimento subjectivo e tónico de uma unidade pessoal e de uma continuidade temporal”¹⁶, isto é, de uma “identidade” comum. Identidade, que se “exprime em traços individuais inseridos num processo característico de toda a comunidade”¹⁷.

Para além destes traços reveladores de atitudes semelhantes em indivíduos do mesmo grupo social alargado (neste caso, da mesma comunidade imigrante e/ou da mesma nacionalidade), pretendíamos conhecer se estes “cidadãos” (enquanto “membro[s] de uma cidade ou que goza[m] do direito de cidade”), participavam na vida da “polis”, vivendo como “membros activos da nação” e com direito a “participar nas funções do governo”¹⁸. Entendemos que esta participação poderia ter lugar no exercício dos direitos cívicos fundamentais, como seja o exercício de direitos políticos (traduzidos, por exemplo, na participação em actos

11 ROCHA-TRINDADE, 1986: 610.

12 GIACOBBI; ROUX, 1990: 125.

13 FERRÉOL, 1995: 275.

14 FERRÉOL, 1995: 150.

15 DUMÉRY, cit. BIROU, 1978: 257.

16 ERIKSON, cit. FERRÉOL, 1995: 110.

17 MEAD, cit. FERRÉOL, 1995: 115.

18 BIROU, 1978: 64.

eleitorais), mas em sentido mais geral através do seu envolvimento em acções e actividades associativas em prol das comunidades emigrantes e da sociedade onde residiam.

Em função destas questões, preparámos um inquérito por questionário, dividido em seis partes, que recolhiam:

1. Dados de natureza pessoal, incluindo actividade profissional e passado escolar;
2. Vivência em sociedade, nomeadamente recolha de informação sobre as actividades promovidas pela comunidade portuguesa;
3. Nacionalidade e ligação a Portugal (símbolos e tipo de informação recolhida);
4. Participação cívica no país de residência e levantamento das iniciativas orientadas para a integração da população imigrante na sociedade de acolhimento;
5. Identificação das características gerais da comunidade portuguesa;
6. Interesse em aderir a um projecto (futuro) de investigação-participada sobre a emigração portuguesa.

O conjunto destas questões procurava conhecer aspectos relacionados com a percepção da identidade desta população e a vivência da cidadania nos países de imigração. Como indicadores relevantes da *identidade*, enquanto forma de estar na sociedade e revelando os traços de pertença e de coesão social indispensáveis à manutenção da sua dignidade, identificámos:

- símbolos de Portugal;
- desejo de regressar;
- participação em associações imigrantes;
- procura da informação sobre Portugal.

Por sua vez, os aspectos relativos à *cidadania* estão inseridos nas questões:

- envolvimento em actividades promovidas pela comunidade;
- participação na vida cívica do país de acolhimento.

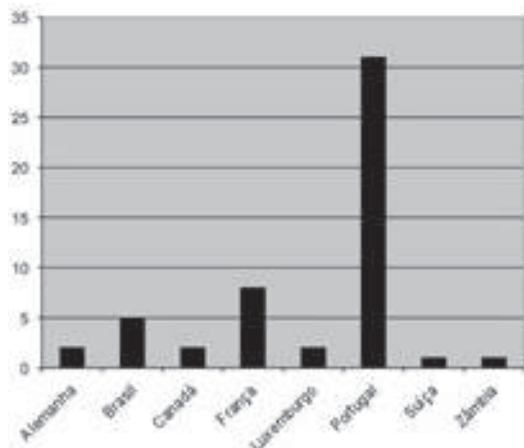
As questões relativas a estes assuntos foram colocadas de forma aberta de modo a permitir ao interlocutor a liberdade de se pronunciar livremente. E embora muitos se tenham cingido à resposta imediata das questões principais, muitos outros adiantaram informações pertinentes relativas aos assuntos em apreço.

3. Análise dos resultados

3.1 Identificação

A participação dos inquiridos no questionário fez-se de forma livre, por meio da consulta do *website* respectivo. Nestas circunstâncias a repartição das respostas surgiu de forma irregular – consoante as facilidades de acesso ou o interesse pelo tema – não sendo possível estabelecer qualquer ligação entre a distribuição geográfica dos inquéritos, a dimensão das comunidades residentes, nem com outras formas de participação da população em iniciativas direccionadas para as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro. Mesmo assim, notámos o maior interesse dos residentes no Canadá, EUA, França e Alemanha – países reconhecidos pelo maior volume de partidas – de onde vieram 56% das respostas.

Gráficos n.º 1 – Naturalidade dos inquiridos



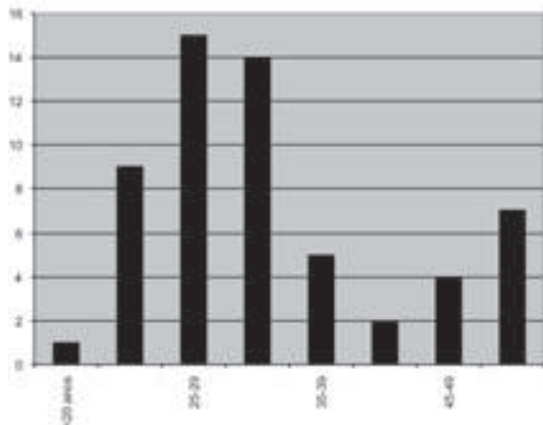
Legenda: Eixos: xx' - Nacionalidade; yy' - número de respostas.

Tendo em conta as mudanças operadas na emigração portuguesa no decurso das três últimas décadas de Novecentos, quando se intensificou a emigração familiar, a informação recolhida¹⁹ evidencia uma percentagem mais elevada de inquiridos – metade das respostas – proveniente de indivíduos nascidos em Portugal.

Quanto à composição da amostra, verifica-se um relativo equilíbrio de sexos: dezasseis do sexo masculino (53%) e catorze (47%) do sexo oposto. Recorde-se que em relação ao movimento global da emigração, este caracterizou-se inicialmente por um predomínio da emigração masculina, seguida de um intenso movimento de reagrupamento familiar e de emigração feminina. Não sendo possível estabelecer uma relação entre os traços referidos e a recolha dos dados, fica pelo menos a nota do interesse de ambos os sexos pelo conteúdo deste inquérito.

Vejamos agora os dados relativos à estrutura etária da amostra. Neste caso, constata-se o predomínio da população jovem adulta: 63% das informações recolhidas são provenientes de indivíduos com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos de idade, repartindo-se as demais por diferentes níveis etários, entre os dezanove e os cinquenta anos de idade. Esta composição identifica-se com a estabilização dos fluxos migratórios mais antigos, responsáveis pelo número de nascimentos registados nos países de imigração. Por outro lado, demonstra a maior acessibilidade dos estratos mais jovens desta população na procura de informação sobre o fenómeno emigratório e a sociedade portuguesa.

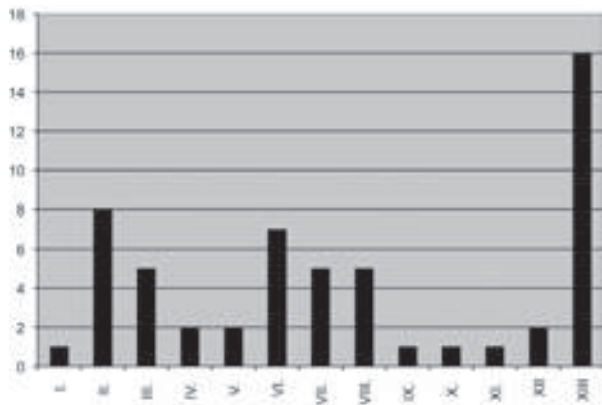
¹⁹ Tendo em consideração a extensão reduzida da amostra e para facilitar a leitura das situações, as figuras são construídas tomando por base a totalidade dos valores recolhidos e não as respectivas percentagens.

Gráfico n.º 2 – Estrutura por idade da amostra

Legenda: Eixos: xx' - grupo funcional; yy' - número de respostas.

<20 anos; 20-24 anos; 25-29 anos; 30-34 anos; 35-39 anos; 40-44 anos; 45-49 anos; > 50 anos.

A diversidade de ocupações está patente no registo de actividades profissionais dos inquiridos. Note-se que uma parcela significativa era proveniente de estudantes do ensino superior: 30% das respostas, repartindo-se as restantes por diversos sectores de actividade, com destaque para o ensino, a função pública, a comunicação e a gestão.

Gráfico n.º 3 – Ocupação profissional dos inquiridos

Legenda: Eixos: xx' - ocupação profissional; yy' - número de respostas. I. Designer; II. Econ./Gestão/Contab.; III. Empresário; IV. Enfermeira; V. Engenheiro; VI. Funcionário do Governo; VII. Jornalismo/Comunicação; VIII. Professor; IX. Técnico Comércio; X. Técnico Indústria; XI. Técnico Transportes; XII. S/ Indicação; XIII. Estudantes

Não sendo possível estabelecer uma relação com a ocupação profissional dos emigrantes portugueses nos países de destino, fica-nos a nota da “terciarização” das ocupações registada na “amostra”, dados que confirmam a progressiva mobilidade social da nova geração de emigrantes que no caso presente tiveram já acesso à frequência do ensino secundário, ao ensino superior e ao ensino profissional. Daí que se perceba uma melhor inserção profissional desta população nos países de acolhimento, situação que importa comprovar no futuro.

De notar que o percurso desta mobilidade não foi em alguns casos traçado de forma linear porquanto, em dois exemplos e quanto ao ensino secundário, feita a escolaridade obrigatória no país de imigração, o ensino secundário foi frequentado em Portugal. Nestes casos, a frequência do ensino superior e/ou profissional foi de novo realizada no país de imigração. Tal facto pode ser encarado como um regresso antecipado do jovem emigrante, acompanhado ou não do seu núcleo familiar, seguido do retorno ao destino inicial. Quanto ao ensino superior, é de notar que apenas em dois jovens a sua frequência não foi cumprida no país de imigração: caso dos participantes do Luxemburgo e da Zâmbia em que o curso universitário foi frequentado em França e na África do Sul, respectivamente. No exemplo europeu tal facto resulta da ausência de estudos universitários completos no Grão-Ducado do Luxemburgo. Resta-nos saber se estes percursos de socialização académica foram determinados por projectos pessoais ou de índole familiar.

3.2 Discursos

Uma vez apresentados os elementos identificativos da amostra, importa apreciar os dados que permitem conhecer como os inquiridos se relacionam com a sociedade de origem e/ou a sociedade de acolhimento e o projecto pessoal e de vida que os anima. Considerando os resultados obtidos, verificamos que apesar da relativa estabilidade conferida pelo exercício de uma actividade profissional, mesmo assim razões várias levam os elementos da amostra a manifestar interesse por uma vinda para Portugal. Encaramos esta situação como exemplos concretos de uma “ambivalência de pertença sócio-cultural”²⁰ sugerido por “uma identificação separada com o quadro de vida assumido no país onde se é imigrante para trabalhar, ou no país de onde se saiu emigrante”.

Assim, questionados sobre o desejo do regresso a Portugal, 21 dos inquiridos manifestaram este interesse (56% das respostas) e sete pronunciaram-se pela negativa (33%). Mais uma vez este tipo de respostas aponta para um “quadro transitório de vida onde vão ganhando permanência situações e sentimentos”²¹ decorrentes de um processo de socialização familiar e escolar, marcado “pelas partidas e regressos, pelo contacto entre duas realidades materiais e dois sistemas de valores”²², que sugerem este tipo de resposta.

Contudo, quando instados a pronunciar-se sobre as razões justificativas da permanência no país de acolhimento, o exercício de uma actividade profissional e a nacionalidade justificam uma afiliação societária ao país de residência. Tal acontece na maioria das respostas (em 17 casos) sendo que os restantes exemplos invocam quer o melhor nível de vida do país onde residem, quer uma imagem negativa de Portugal. Disso é exemplo a resposta seguinte²³: “Não pretendo mudar para Portugal porque a assistência médica é péssima, salários baixos, má posição da mulher na vida de emprego, sistema escolar não é óptimo...”.

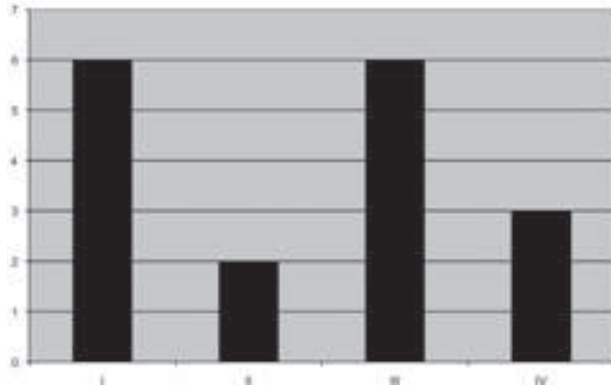
20 ROCHA-TRINDADE, 1986: 609.

21 ROCHA-TRINDADE, 1986: 610.

22 ROCHA-TRINDADE, 1986: 610.

23 Transcrições *ipsis verbis* do inquérito.

Gráfico n.º 4 – Causas não invocadas para não regressar a Portugal

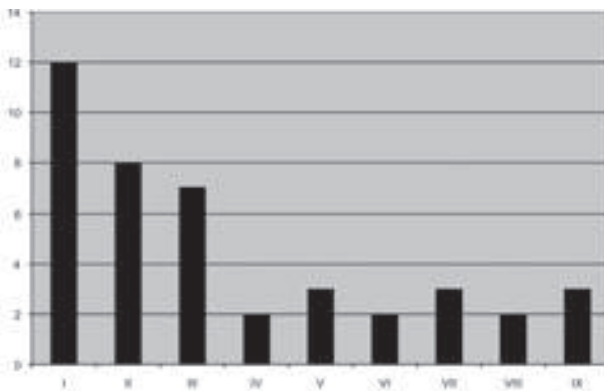


Legenda: Eixos: xx' - causas invocadas; yy' - n.º de respostas

I. Razões de natureza profissional; II. Riqueza do país onde vive; III. Por ter outra nacionalidade; IV. Má imagem de Portugal

Em situação oposta estão os indivíduos que gostariam de viver em Portugal, de desfrutar um retorno alimentado por razões familiares ou pessoais, por trajectórias e vivências sociais e culturais distintas das que ocorrem no país onde residem. Indicam-se as razões apontadas pelos que desejavam regressar a Portugal: “Portugal é um país com futuro para trabalhar e formar uma família, dar uma boa educação aos filhos e bem-estar para eles” (C. M. – Arg.). Trata-se de uma resposta oriunda da Argentina, país que no início do século passado acolheu um elevado número de emigrantes portugueses e que no presente mantém uma situação sócio-económica menos acolhedora.

Gráfico n.º 5 – Causas invocadas para regressar a Portugal



Legenda: Eixos: xx' - causas invocadas; yy' - número de respostas

I. Regressar ao país/pátria de origem; II. Desenvolver actividade profissional; III. Regressar p/ junto de familiares; IV. Constituir família; V. Desenvolver actividades de interesse p/ povo; VI. Saudade; VII. Gosto p/ cultura portuguesa; VIII. Atracção p/ progresso do país; IX. Outras causas.

Apesar dos anos vividos em contexto imigratório, o sentimento de pertença à terra natal é apontado por A. T., um dos inquiridos com mais cerca de quatro dezenas de anos vividos no Canadá: “Gostaria, no futuro, em dispender mais tempo na minha terra natal que sempre considerei como ‘meu país’”. Eventualmente, as razões de um regresso adiado

podem ter outras causas. Assim se justificou um residente na Alemanha: “...como os alemães diriam: os portugueses trabalham para viver, os alemães vivem para trabalhar. Os portugueses não se prendem ao trabalho, divertem-se e gozam a vida, se morarem em Portugal” (S. R. – Alem.). Outras causas estão relacionadas com a socialização familiar na cultura portuguesa: “Fui criada com a cultura portuguesa e os meus pais sempre insistiram sobre as suas raízes. Desta forma, criei amor às minhas origens e impliquei-me sempre” (L. A. – Can.). Estes testemunhos evidenciam as diversas facetas do mesmo fenómeno: a emigração portuguesa, “vívada e representada”²⁴ de forma distinta.

Como já notámos, algumas causas invocadas para a mudança de residência para Portugal estão ligadas aos sentimentos de pertença e de identificação com a “pátria” portuguesa, apesar de nem todos os cidadãos nacionais terem uma atitude favorável em relação aos emigrantes. A imagem de Portugal tem vindo a mudar “a partir das mudanças forçadas para acesso à UE, os Patriotas continentais viam mal os chamados ‘Emigrantes’” (P. S. – Zam.). Trata-se de uma situação comum em diferentes contextos emigratórios, especialmente nas comunidades rurais²⁵, quando certos sinais de ostentação importados do estrangeiro colidiram com as formas de vida da sociedade tradicional.

Como assinala M. B. Rocha-Trindade, “a síntese da bipolaridade de referências adquiridas numa socialização complexa entre, ou talvez contra, duas culturas” não evidencia sinais evidentes de uma rejeição ao simbolismo de uma terra natal (própria ou familiar) e de um país distante. No caso em apreço parece até comprovar um “sentimento de dupla pertença cultural”²⁶ atestado pelas manifestações de apreço em relação a Portugal registadas na escolha de símbolos que se manifestam como reveladores da identidade da população inquirida. Passamos a apresentá-los.

Figura n.º 1 – Símbolos de Portugal

Família/Fraternidade	*****
Cultura portuguesa	*****
Língua portuguesa	*****
Terra/Clima de Portugal	*****
História de Portugal	*****
Bandeira/Hino Nacional/Patriotismo	*****
País dos pais/Nacionalidade	*****
Saudade/ Nostalgia	*****
Identidade cultural/Mentalidade	****
Raízes culturais/Povo/Arte popular	****
Gastronomia	****
Amigos	****
Acolhimento/alegria dos portugueses	**
Modo de vida	**
Futebol	**
Igreja/N ^a Sr ^a de Fátima	**
Aldeias	*
Cidades	*
Fado	*
S/símbolos	*

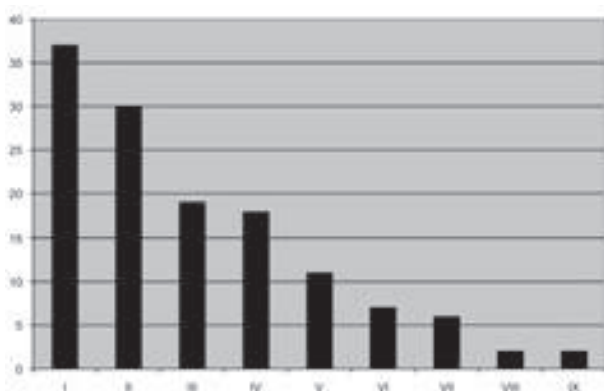
24 NETO, 1986.

25 ARROTEIA, 1999.

26 ROCHA-TRINDADE, 1986: 617.

O assunto relacionado com o sentimento de pertença desta população ao território e à sociedade portuguesa, já assinalado anteriormente no projecto pessoal de regresso a Portugal, volta a manifestar-se quanto aos meios de recolha de informação sobre o país. Esta é feita essencialmente através do recurso aos meios de informação convencionais, caso dos jornais e das revistas, ou já através da internet. Em menor percentagem, invocaram-se outros meios de comunicação que servem de fonte de informação, tais como a Televisão ou mesmo as notícias familiares. Pode ainda manifestar-se através da participação destes cidadãos nas actividades promovidas por associações de emigrantes de origem nacional ou pelo seu envolvimento pessoal em iniciativas promovidas pela comunidade onde estão inseridos. Vejamos o primeiro caso.

Gráfico n.º 6 – Meios de recolha de informação sobre Portugal



Legenda: Eixos: xx' - meios de recolha; yy' - número de respostas

I. Internet ; II. Jornais/Revistas; III. TV; IV. Família/Amigos; V. RTPI; VI. Rádio; VII. Telefone; VIII. Visitas; IX. Livros.

As dificuldades de informação podem ser devidas quer a problemas de comunicação, quer a questões de natureza burocrática. Tendo como responsáveis os meios de comunicação, nota-se o seguinte: “a RTPI tem programação pouco ampla; falta divulgação da música, do cinema e das artes” (M. S. – Br.). Eventualmente, “a RTP Internacional poderia fazer um enorme esforço para divulgar programas mais mas muito mais interessantes” (M. P. – Sui.). Estas contrariedades são igualmente notadas do outro lado do Atlântico, no Canadá, onde “para poder ter acesso à RTPI é preciso ter antena parabólica” (L. A. – Can.).

Como testemunho de quem vive no continente africano, onde os meios de informação são igualmente difíceis, fica ainda outro reparo: “A Embaixada deveria dar mais apoio aos imigrantes em todos os aspectos e infelizmente não liga nenhuma a quem vive em Angola” (P. A. – Ang.). No mesmo sentido pronuncia-se K. P. (EUA): “Considero o funcionamento dos Consulados de Portugal, mau, desinformativo e frustrante. Gostaria de ver as representações oficiais de Portugal no estrangeiro a ajudarem os imigrantes e os seus filhos a conhecerem melhor Portugal”. Estas as questões relacionadas com o modelo organizacional dos Consulados e com a avaliação do desempenho destes serviços. Tal como constatámos em trabalhos de campo, as referências individuais quanto aos serviços oficiais de apoio aos emigrantes portugueses no estrangeiro não era a mais favorável. Trata-se de um tema que não cabe aqui apreciar.

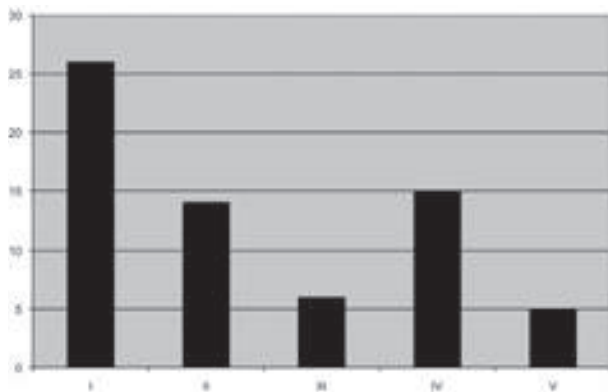
A análise das respostas permitiu ainda recolher outros dados sobre a imagem construída sobre Portugal. Esta é igualmente ambivalente: a de “um país com progresso” (C. M. – Arg.), a “de um país moderno, virado para o futuro, cuja imagem no exterior começa felizmente a mudar... um país que se auto-promove muito mal, que não aproveita todas as suas potencialidades e a de um país onde o desenvolvimento económico tem

evoluído mais que as mentalidades” (J. C. – Lux.). No mesmo sentido, pronunciaram-se P. P. (EUA): Portugal “é um país muito bonito e acolhedor mas cheio de burocracias que o fazem 50 anos, atrasado”. Contrariamente pronunciou-se L. J. (EUA): “começo a ficar decepcionada com a falta de visão e apoio no meu próprio país”. Nesta resposta as razões invocadas prendem-se com a negação da equivalência dos estudos realizados nos EUA, ao correspondente curso de Enfermagem, em Portugal.

Outra perspectiva crítica sobre a sociedade portuguesa é anunciada por K. P. (EUA): “Considero as ‘élites’ em Portugal extremamente arrogantes... O governo português é demasiado hipócrita e desrespeitador do contributo dos portugueses residentes no estrangeiro. Nos últimos anos o Governo português utilizou os emigrantes portugueses para equilibrarem a balança de pagamentos e recentemente para o voto”. Uma afirmação a ponderar.

O inventário das actividades participadas na comunidade emigrante fez notar que doze dos inquiridos afirmaram ter essa participação em associações de emigrantes ou em iniciativas orientadas para as comunidades imigrantes. Independentemente desta participação, em mais doze registos declarou-se o envolvimento em actividades cívicas, políticas e de inserção social, orientadas para a população imigrante em geral e não só para a população de origem portuguesa. Este facto abona a favor de uma consciência colectiva e de solidariedades²⁷, construídas com o estatuto de imigrante e o exercício dos direitos cívicos assumidos por esta população nas sociedades de acolhimento. No conjunto de inquiridos apenas dois indicaram não ter disponibilidade de tempo para actividades associativas e um caso declarou não haver condições políticas locais para esse exercício.

Gráfico n.º 7 – Participação da população em actividades associativas e outras



Legenda: Eixos: xx' - participação da população; yy' - número de respostas

I. Activid. cívicas e de integração; II. Activid. associativas (Associações de emigrantes e outras); III. Participação política; IV. Não participa; V. S/resposta.

O motivo desta participação tem particular significado no exercício da cidadania: participo em iniciativas de carácter cívico “porque não podemos todos estar sempre a ‘puxar pela nossa própria sardinha’, alguém tem que ver a imagem global e proteger os interesses dos mais desfavorecidos” (H. R. – Can.). Outras razões são invocadas por M. M. (Suíça): “Participo em iniciativas cívicas porque como vivo aqui acho que é importantíssimo que me interesse pelo que se passa neste país, embora não tenha o direito de voto por não ter a nacionalidade suíça”.

27 DURKHEIM, 1999.

Igualmente esta frequência pode ser entendida como um verdadeiro “dever cívico” (P. P. – EUA) ou como uma necessidade de “integrar o seu passado luso com a sua presente situação de ser canadiano” (R. P. – Can.), como “forma de fazermos com que o nome dos portugueses seja mais respeitado em terras além Portugal” (S. F. – Can.). Mais ainda, esta participação cívica é importante para os emigrantes porque “só assim é que podemos defender os nossos direitos e afirmar a nossa ‘voz’” (A. T. – Can.). Por fim, como refere F. A. (Sui.), “temos de nos integrar no país que nos acolhe, assim como devemos de viver segundo os seus usos e costumes, devemos viver no país de acolhimento como diz este provérbio: ‘Em Roma sê romano’”.

Note-se que a presença em iniciativas locais pode ser limitada pela falta de tempo ou por descrédito em relação às entidades que as promovem. Assim se expressa um residente na Argentina que reconhece, igualmente, a “falta de futuro” no país: “não há representantes honestos para realizar apoio cívico. Só se pode ajudar por meio pessoal como exemplo dar alimentos ou roupa nas Igrejas” (C. M. – Arg.). Eventualmente, a ausência destas iniciativas pode dever-se ao desinteresse da população jovem que deseja inserir-se apenas na sociedade de acolhimento. Assim o reconhece S. F. (Can.): “Na sua maioria os jovens luso descendentes não tiram proveito destas iniciativas, pois afastam-se da comunidade portuguesa, inserindo-se somente na comunidade canadiana”.

Respostas oriundas de emigrantes mais antigos evidenciam a existência de outros motivos, tais como razões políticas em resultado destes imigrantes terem emigrado de Portugal “durante a ditadura de Salazar e não apreciarem a liberdade de expressão e a vida em países democráticos como o Canadá e os EUA” (K. P. – EUA). Esta a herança política acumulada pelos emigrantes mais antigos.

O interesse pelos assuntos relativos à emigração portuguesa fica igualmente expressa no interesse em mais de metade dos inquiridos em participar em estudos relacionados com a comunidade portuguesa nos países de imigração e de levantar pistas para o desenvolvimento de estudos monográficos sobre as mesmas. Será tema a desenvolver na próxima edição deste trabalho.

Conclusão

Apesar das dificuldades encontradas na recolha da informação *via internet* sobre a população de origem portuguesa residente no estrangeiro, este inquérito mostrou-se bastante útil vindo a completar algumas informações abordadas em estudos anteriores relacionadas com a vida dessas comunidades. Por outro lado, permitiu testar a utilização das novas tecnologias na recolha de informação junto de um universo alargado que os meios de recolha tradicional, nomeadamente através da escrita, não permitiam. E, apesar dos entraves técnicos, os resultados conseguidos sugerem a continuação deste estudo e o seu desenvolvimento posterior, esperando uma maior participação e resultados.

Os dados recolhidos expressam a opinião de cidadãos que integram comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, fazendo adivinhar algumas questões com que se debatem no seu quotidiano. Realçamos os temas relacionados com a “identidade” face uma sociedade que apesar de reconhecer na emigração uma porta aberta para a resolução de alguns problemas nacionais, nomeadamente os de índole económica, não tem sido conseguido responder satisfatoriamente a questões essenciais capazes de melhorar a imagem de Portugal no mundo e à satisfação de expectativas destas comunidades emigrantes na sua relação com a sociedade de origem.

Notem-se ainda as raízes inerentes a uma “portugalidade” que persiste junto de uma parte significativa da amostra. De facto, a participação na vida cívica (comunidades de emigrantes e sociedade de acolhimento) parece constituir-se como indispensável na sua afirmação como cidadãos empenhados na vida cívica e política dos países onde residem. Contudo, muitos dos inquiridos evidenciam, como luso-descendentes, uma “bipolaridade” de referências culturais e uma diversidade de projectos migratórios que os anima em contextos sociais marcados por heranças e trajectórias diferenciadas e por socializações complexas. Mais ainda, assinalam a necessidade de iniciativas que possam dar resposta a múltiplas questões relacionadas

com a vivência em sociedades inclusivas e democráticas e à satisfação de expectativas destes “cidadãos do mundo” de origem/ascendência portuguesa. Apesar da situação interna, o país tem de continuar a dar resposta às expectativas sócio-culturais e económicas dos seus cidadãos e a cumprir as exigências da solidariedade inter-geracional exigidas pela cidadania portuguesa e europeia.

Bibliografia

- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1983 – *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1985 – *Atlas da emigração portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Centro de Estudos.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1986 – *A emigração portuguesa no Grão-Ducado do Luxemburgo*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Centro de Estudos.
- ARROTEIA, Jorge – “Emigração – a segunda geração de emigrantes : perspectivas de integração e de mobilidade social numa comunidade rural”. *Cadernos do Património*. Monte Redondo: Museu do Casal de Monte Redondo, n.º 6.
- ARROTEIA, J. C.; DOUDIN, P. A. (coord.), 1998 – *Trajectórias sociais e culturais de jovens portugueses no espaço europeu: questões multiculturais e de integração*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- BIROU, A., 1978 – *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- DOUDIN, P. A., 1996 – *L'école vaudoise face aux élèves étrangers. Un bilan de la situation*. Lausanne: Centre Vaudois de Recherches Pédagogiques.
- DOUDIN, P. A., 1998 – *Scolarisation des enfants portugais en Suisse: rapport d'experts*. Berne: Conférence suisse des directeurs cantonaux de l'instruction publique (CDIP).
- DUMÉRY, H., 1957 – *Philosophie de la religion*. Paris: PUF.
- DURKHEIM, E., 1999 – *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- ERIKSON, E., 1968 – *Adolescence et crise. La quête de l'identité*. Paris: Flammarion.
- FERRÉOL, Gilles, 1995 – *Dictionnaire de Sociologie*. Paris: Armand Colin.
- GIACOBBI, M.; RIOUX J. P., 1990 – *Initiation à la Sociologie*. Paris: Hatier.
- GODINHO, V. M., 1977 – *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia.
- LÓPEZ TRIGAL, L.; ARROTEIA, J. C.; CEPEDA, J. T. et al., 1994 – *La migración de portugueses en España*. León: Universidad de León.
- MARTINS, O., 1956 – *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães e C.ª Editores.
- MEAD, G., 1963 – *L'esprit, le soi et la société*. Paris: PUF.
- NETO, F., 1986 – *A emigração portuguesa vivida e representada: contribuição para o estudo dos projectos migratórios*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- NETO, F., 1986 – *Estudos de psicologia intercultural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROCHA-TRINDADE, M. B., 1986 – “Longitudinalmente diferente ou o discurso polémico de luso-descendentes”. *Análise Social*. vol. XXI (92-93), p. 609-618.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. (org.), 1995 – *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; ARROTEIA, J., 1984 – *Bibliografia da emigração portuguesa*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância.
- SERRÃO, J., 1965 – *Emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.